



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 844/11

Dispõe sobre a fabricação e comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º A fabricação e a comercialização de tanques de concreto para lavagem de roupas, no âmbito do Estado do Paraná, devem atender aos requisitos dispostos nesta Lei.

Art. 2º Fica estabelecido que, no âmbito do Estado do Paraná, a fabricação de tanque de concreto para a lavagem de roupas deve obedecer ao disposto nas figuras dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º Os fabricantes de tanques de concreto para a lavagem de roupas, ao comercializarem o produto, devem disponibilizar para o consumidor final o respectivo manual de instalação, acrescido de regras de segurança.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto nº 609, de 23 de julho de 1991, inciso II do art. 23.

Art. 5º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 7º Os efeitos desta Lei entram em vigor após decorridos doze meses de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.



ALEXANDRE CURTI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 635/12

Cria cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Art. 1º Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I – para compor o Grupo Ocupacional Superior:

- a) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Operações e Segurança;
- b) 02 (dois) cargos efetivos de Analista de Administração de Banco de
Dados;
- c) 02 (dois) cargos efetivos de Psicólogo;
- d) 01 (um) cargo efetivo de Médico;
- e) 01 (um) cargo efetivo de Arquiteto;
- f) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Civil;
- g) 01 (um) cargo efetivo de Engenheiro Eletricista;
- h) 02 (dois) cargos efetivos de Estatístico;
- i) 01 (um) cargo efetivo de Analista de Sistema;
- j) 04 (quatro) cargos efetivos de Analista de Comunicação;

II – para compor o Grupo Ocupacional Intermediário:

- a) 01 (um) cargo efetivo de Programador;

b) 04 (quatro) cargos efetivos de Técnico em Informática;

c) 40 (quarenta) cargos efetivos de Auxiliar Técnico;

d) 03 (três) cargos efetivos de Técnico em Edificações;

III – para compor o Grupo Ocupacional Básico:

- 20 (vinte) cargos efetivos de Oficial de Promotoria;

IV - 04 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Comunicação, símbolo DAS-4;

V - 50 (cinquenta) cargos de provimento em comissão de Assessor de Procuradoria, símbolo DAS-4;

VI - 15 (quinze) cargos de provimento em comissão de Assessor de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5;

Art. 2º Ficam transformados, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 34 (trinta e quatro) cargos efetivos de Técnico Superior nos seguintes cargos pertencentes ao Grupo Ocupacional Superior:

I – 12 (doze) cargos efetivos de Auditor;

II – 11 (onze) cargos efetivos de Assistente Social;

III – 08 (oito) cargos efetivos de Administrador;

IV – 02 (dois) cargos efetivos de Pedagogo;

V – 01 (um) cargo efetivo de Arquivista.

Parágrafo único. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º A investidura nos cargos efetivos de que tratam o artigo 1º, incisos I a III e o artigo 2º, dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

Art. 5º A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados ou transformados por esta Lei corresponde aos valores constantes nas tabelas vigentes para o Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 6º Os cargos criados ou transformados por esta Lei serão providos na medida da necessidade dos serviços, a partir de 1º de janeiro de 2013, observada a

existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 7º A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 20 de fevereiro 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 02

10

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 398/11

Súmula: Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 1º Fica implantado o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Parágrafo único. A iniciativa de que trata o caput deste artigo refere-se à aplicação de exame nos educandos matriculados na Rede Estadual de Ensino com enfoque para o Ensino Fundamental.

Art. 2º O Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino" aplica-se também na capacitação periódica do corpo docente, proporcionando-lhes palestras, seminários, informativos, ou quaisquer outros, a fim de que aprendam a identificar, inicialmente, os sinais da Dislexia e de outros distúrbios nos alunos.

Art. 3º Caberá à Secretaria de Estado da Saúde e da Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do Programa "Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino", sendo necessária a criação de equipes multidisciplinares de profissionais para a execução plena do trabalho de prevenção, e após identificados os casos, encaminhá-los a um tratamento adequado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA

DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa, criar o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

Levando em consideração a falta de informação sobre Dislexia, as pessoas tendem a discriminar e não dar o apoio psicológico necessário que elas precisam. Normalmente, as pessoas associam a dislexia à má alfabetização, desatenção, condição sócio econômica, desmotivação e ou baixa inteligência, baseado nesses aspectos. A dislexia é decorrente de uma defasagem no lado esquerdo do cérebro, ela leva ao desenvolvimento de habilidades associadas ao hemisfério direito. O tema dislexia nos interessou pelo fato de entender como aprendemos e o porquê de muitas pessoas inteligentes e até geniais experimentarem dificuldades paralelas em seu caminho diferencial do aprendizado. A dislexia é uma deficiência de aprendizagem na escrita, leitura, soletração, entre outros. Segundo pesquisas realizadas em diversos países, cerca de 17% da população mundial sofre de dislexia. Estudos revelam que de cada 10 crianças em sala de aula, duas são disléxicas. Normalmente, as pessoas associam a dislexia à má alfabetização, desatenção, condição socioeconômica, desmotivação e/ou baixa inteligência. Há 40 definições para estabelecer as causas da dislexia, porém a mais aceita é a que a dislexia não é nada mais do que uma condição genética, que apresenta alterações no padrão neurológico do indivíduo. Sendo assim, a criança herda a dislexia, portanto ela tem algum parente, pai, avô, tio, que também é disléxico. Por estar relacionada a diversos fatores, a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar. Pois uma avaliação desse nível gera condições de um acompanhamento mais efetivo e eficaz das dificuldades, sendo tratado de acordo com as particularidades de cada indivíduo, levando assim a resultados mais consistentes. Quanto mais rápido for o diagnóstico, mais rápido e eficaz será o tratamento desse transtorno, evitando que a criança passe por situações constrangedoras em relação ao modo de falar, escrever, a falta de atenção, entre outros.

A dislexia é mais comum em crianças, mas é possível encontrar esse distúrbio em um adulto. A deficiência não pode ser encarada como motivo de vergonha, pois há diversos casos de pessoas bem sucedidas que sofrem com a dislexia como, por exemplo, Tom Cruise (ator), Agatha Christie (autora), Thomas Edison (inventor), entre outros.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 398/2011



Projeto de Lei n.º 398/2011

Autor: Deputado Dr. Batista

Súmula: Cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Paraná.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. REAPRESENTAÇÃO DE PROJETO. PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO DE DISLEXIA. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. POSSIBILIDADE. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE CONTRÁRIO. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO FAVORÁVEL. MATÉRIA EDUCACIONAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Doutor Batista, tem por intuito estabelecer um programa para detecção da dislexia nos estudantes do Estado do Paraná, objetivando direcionar os estudantes portadores desse tipo de deficiência para programa específicos de ensino, auxiliando-os no desempenho escolar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O projeto que ora se analisa pretende identificar, nos alunos do Estado do Paraná, a deficiência da dislexia, enfermidade essa que causa inúmeros problemas, não apenas aos alunos matriculados na rede estadual de ensino, como também ao corpo docente, uma vez que ministrará aulas para alunos tão díspares entre si.

Um aluno portador de dislexia não possui condições de acompanhar o ritmo de aula natural, vez que a dislexia caracteriza-se por uma dificuldade na área da leitura, escrita e soletração. A dislexia costuma ser identificada nas salas de aula durante a alfabetização, sendo comum provocar uma defasagem inicial de aprendizado.

Portanto, é inegável que um aluno portador de dislexia merece atenção especial, sendo encaminhando para escolas específicas, objetivando que seu aprendizado seja pleno; e não é outra intenção senão a do presente projeto.

Corroborando com a importância já mencionada, importante transcrever o Parecer Técnico 902/2011, exarado pelo Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da Secretaria de Estado de Educação do Estado do Paraná. Vejamos o contido no parecer:

"O Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional, analisando o Projeto de Lei 398/11, proposto pelo Excelentíssimo Deputado Estadual Dr. Batista, que dispõe sobre a criação do programa denominado Semana de Identificação de Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Paraná é de parecer favorável à regulamentação de referida legislação.

Outrossim, ressaltamos o avanço que a mesma representa para a área de Educação Especial, com vistas à Inclusão Educacional"

Tal parecer foi referendado pelo Excelentíssimo Secretário de Estado da Educação, senhor Flávio Arns, através do Ofício 2025/2001. Vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khurama

Comissão de Constituição e Justiça



"Somos de parecer favorável à regulamentação da referida legislação, ao mesmo tempo em que ressaltamos o avanço que a mesma representa para a área de Educação Especial, com vistas a Inclusão Educacional"

Isso posto, trata-se inegavelmente de projeto de lei versando sobre educação e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná é competente para legislar acerca desse tema. Vejamos o contido no art. 24 da Carta Magna brasileira:

Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

Não obstante o contido no referido artigo, é importante ressaltar também o contido no art. 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53 – Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII – matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;

E mais, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná prevê, com clareza solar, a competência para legislar acerca do tema. Vejamos:

Art. 124 – A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e dos Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Isso posto, não resta qualquer dúvida acerca da legalidade e da constitucionalidade do projeto de lei apresentado pelo Deputado Dr. Batista, pois legisla sobre matéria concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou seja, a educação, sendo qualquer dos Deputados Estaduais do Paraná legitimados para legislar sobre o tema.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2011


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 398/2011.

Súmula: Projeto de Lei nº 398/2011
– “Cria o Programa semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.”

Trata-se de um Projeto de Lei que: “Cria o Programa semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná”.

O Projeto de lei em tela já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encontrando respaldo da Secretaria de Educação decorrente de baixa de diligência.

Ao analisar mais profundamente o teor do projeto de Lei, e os documentos neles acostados pude verificar que existia uma discrepância entre as informações que foram prestadas pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Saúde, para dirimir as dúvidas deste relator a respeito dos exames aos quais os alunos da rede deveriam ser submetidos e qual a eficácia dos mesmos, solicitei a baixa em diligência ao Hospital pequeno Príncipe para que pudéssemos receber uma orientação especializada.

O parecer apresentado pelo Dr. Antônio Carlos de Farias, Neurologista Infantil, Pesquisador em Neurociência, consultor em desenvolvimento, comportamento e cognição infantil, com acompanhamento da Professora Dra. Mara Lúcia Cordeiro, Ph.D em neurociência e Coordenadora do núcleo de neurociências do Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe, elogia o projeto e a criação da Semana de identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino, porem orienta que deveria ser não apenas uma semana mas um programa da Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde uma vez que tem como ser diagnosticada e tratada a dislexia e a seu diagnostico precoce favorece a implantação de praticas que auxilia no desenvolvimento das crianças.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Este parlamentar concorda com os Doutos médicos que emitiram o parecer, porem entendendo o limite do legislador, parabeniza a iniciativa do Deputado Dr. Batista e acredita que iniciando com uma semana, poderá chamar atenção para um problema que é muito sério e de grande peso nas escolas.

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das comissões, 27 de Agosto de 2012.

Dep. Luiz Eduardo Cheida

Relator

Presidente em exercício

Evandro Junior



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 398/11

O Projeto de Lei nº 398/11, em análise, de autoria do Deputado Dr. Batista, cria o Programa Semana de Identificação da Dislexia na Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Educação desta Assembleia Legislativa emitirão pareceres favoráveis.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a instituição do Programa em apreço busca detectar alunos portadores dessa deficiência de aprendizagem, que é em número significativo, cujo diagnóstico precoce proporcionará mais rapidez no tratamento e resultado.

Diante do exposto, tratando-se de iniciativa de relevante importância para os educandos, manifestamos parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei em exame, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Presidente

Atelino RIBEIRO

Deputado TOMINHO WANDSCHEER
Relator

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI N.º 099/DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAR. 2012

Pranta
1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º O fornecedor de produtos que contenham gravações fonográficas ou videográficas, de jornais, revistas ou publicações, de brinquedos, jogos, artigos para divertimentos ou para esportes e produtos congêneres, cuja exposição para venda ao público deva ser feita de forma lacrada ou não, deverá manter amostra de cada produto sem lacre, a fim de permitir o exame pelo consumidor.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos produtos cuja exposição para venda deva ser feita de forma lacrada, por força de lei ou por determinação da autoridade competente.

Art. 2º Ficam isentos da obrigação prevista no artigo 1º deste diploma legal os produtos que sejam de circulação diária, como jornais e periódicos, casos em que a disponibilização de amostras para exame do consumidor inviabiliza a atividade econômica envolvida.

Art. 3º Eventual infração das disposições desta lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no artigo 56 da lei federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 4º O PROCON-PR, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Paraná, fica instituído como órgão responsável pela fiscalização, regulamentação e execução desta lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2012.

Assinatura manuscrita de Bernardo Ribas Carli, feita com uma caneta escura, apresentando traços fluidos e uma longa horizontal superior.

BERNARDO RIBAS CARLI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A previsão legal que torna obrigatório a disposição, por parte dos fornecedores, de amostras sem lacre dos produtos à venda, para o devido exame e consulta dos consumidores antes da efetivação da compra, segue o disposto na Constituição Federal, mais especificamente em seu artigo 5º, XXXII, que prevê a promoção da defesa do consumidor como sendo uma função do Estado.

A disponibilização de amostra dos produtos elencados pelo presente projeto possibilita ao consumidor a garantia do acesso ao conteúdo dos produtos, ao conhecimento de suas condições e a respectiva ciência do que está adquirindo.

Desta forma, a propositura legislativa tem o intuito de garantir o livre conhecimento dos consumidores antes da efetivação da compra, uma vez que a natureza dos produtos elencados por si só demanda uma análise prévia a respeito do conteúdo disponibilizado.

No que tange a competência legislativa, para a propositura do presente projeto de lei, ateste-se que o artigo 13, VIII, da Constituição do Estado do Paraná prevê a competência do Estado, concorrentemente com a União, para legislar acerca de questões de promoção da defesa dos direitos do consumidor.

Pelo exposto, comprovada a importância da proposição legislativa em voga para a promoção da defesa dos direitos do consumidor e a competência deste Poder Legislativo em legislar sobre a matéria abordada, requer-se o apoio o apoio dos Deputados dessa casa na sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/12

Projeto de Lei nº 099/12

Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
AMOSTRA DE PRODUTOS SEM LACRE.
DIREITO DO CONSUMIDOR À
INFORMAÇÃO ADEQUADA SOBRE
PRODUTOS. ART. 6º, INCISOS III E IV,
CDC. PARECER TÉCNICO DO PROCON -
FAVORÁVEL. PARECER TÉCNICO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS -
FAVORÁVEL - PROJETO DE LEI
NECESSÁRIO E PERTINENTE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL
NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA
ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, visa tornar obrigatório aos fornecedores de produtos que contenham gravações fonográficas ou

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 23 / 10 / 2012

Carla Antônia

803



videográficas, de jornais, revistas ou publicações, de brinquedos, jogos, artigos para divertimentos ou para esportes e produtos congêneres, cuja exposição para venda ao público deva ser feita de forma lacrada ou não, deverá manter amostra de cada produto sem lacre, a fim de permitir o exame pelo consumidor.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo;



No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,
conforme artigo 13, inciso V:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente
com a União, legislar sobre:**

(...)

V - produção e consumo;

Ademais, a norma do Art. 6º, incisos III e IV do CÓDIGO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, prevê o direito à
informação adequada, bem como, a proteção contra a publicidade enganosa, conforme
segue:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

**III - a informação adequada e clara sobre os
diferentes produtos e serviços, com
especificação correta de quantidade,
características, composição, qualidade e preço,
bem como sobre os riscos que apresentem;**

**IV - a proteção contra a publicidade enganosa e
abusiva, métodos comerciais coercitivos ou
desleais, bem como contra práticas e cláusulas
abusivas ou impostas no fornecimento de
produtos e serviços;**

(...)

Conforme justificativa do autor "a disponibilização de amostra dos
produtos elencados pelo presente Projeto possibilita ao consumidor a garantia do acesso
ao conteúdo dos produtos, ao conhecimento de suas condições e a respectiva ciência do
que está adquirindo."



Neste sentido, manifestou-se o PROCON sendo a favor da aprovação do presente Projeto, afirmando: *"é imprescindível que o Poder Público crie mecanismo a fim de garantir a efetivação dos direitos dos consumidores, principalmente no que diz respeito ao direito básico que é a informação prévia anterior a aquisição dos produtos"*, conforme cita o parecer técnico da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS que corrobora de igual forma, manifestando-se sobre o presente Projeto de Lei como *"necessário e pertinente"*, conforme anexo.

Dessa forma, o objetivo do Projeto em tela é garantir, aos consumidores, o livre conhecimento dos produtos antes da efetivação da compra, sendo, assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, observa-se do Art. 4º do Projeto em tela a interferência no Poder Executivo quando atribui, ao PROCON, a responsabilidade de fiscalização, regulamentação e execução da lei, motivo pelo qual sugere-se a **Emenda supressiva anexa**, com fulcro no artigo 137, § 1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar tais vícios.

Assim, da mesma forma, sugere-se a **Emenda supressiva**, anexa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda supressiva, em anexo.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR



EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N.º 099/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda supressiva, a fim de suprimir o Art. 4º do presente Projeto e renumerar o Art. 5º para Art. 4º, passando a contar com a seguinte redação:

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2012.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/2012

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli

Justificativa: garantir ao consumidor acesso ao conteúdo do produto e às informações necessárias para a sua segura aquisição

Parecer Favorável: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda supressiva).

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar facilitar o acesso às informações necessárias para uma segura e consciente aquisição de produtos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adélino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Litro





Cumprе ressaltar que a medida, inclusive, garante maior transparência na relação entre o fornecedor do produto e o consumidor, que não poderá alegar ignorância quanto aos detalhes do bem adquirido.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

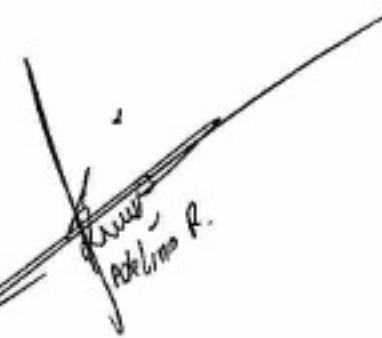
Sala das Comissões, em 05 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputada Rose Litro
Relatora


Péricles M.


P. Lupion


Adélino R.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 099/2012

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostras sem lacre dos produtos à venda, para exame do consumidor.

Autor: Deputado Bernardo Ribas Carli.
Relator: Deputado Toninho Wandscheer.

JUSTIFICATIVA: determina que as fornecedoras são obrigadas a manter amostras de jogos e brinquedos sem lacre, abertos, para que possam ser testados pelo consumidor;

- Todo produto deve trazer informações adequadas, claras e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, origem, composição, preço e garantia.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Finanças.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
Presidente



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER.
Relator



~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 643/12

SÚMULA: Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1º. Fica criada a estrutura denominada "Gabinete do Juízo" em cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Paraná, integrada por servidores do Quadro de Pessoal de 1.º Grau de Jurisdição, servidores comissionados e estagiários, nos termos desta Lei e de regulamentação expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 2º. Nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária o Gabinete do Juízo será composto 01 (um) um servidor do Quadro de Pessoal de 1.º Grau de Jurisdição, desde que bacharel em Direito, por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

Art. 3º. Nas Comarcas de Entrância Final o Gabinete do Juízo será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, de simbologia 3-C, acrescido da composição do artigo 2º desta Lei.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 4º. O Gabinete do Juiz de Direito Substituto será composto por 01 (um) cargo em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, de simbologia 1-C, e 02 (dois) estagiários da área de Direito.

Art. 5º. As atribuições básicas dos servidores lotados no Gabinete do Juízo são as constantes do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. As atribuições dos servidores previstas no Anexo I desta Lei não excluem aquelas previstas no Anexo X da Lei Estadual nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, que deverá ser observado em todos os casos.

Art. 6º. O ocupante de cargo em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, Assistente II de Juiz de Direito serão lotados, obrigatoriamente, no Gabinete do Juízo.

Art. 7º. O magistrado substituto utilizará a estrutura do Gabinete do Juízo da Serventia para a qual estiver designado, em substituição ou auxílio.

Parágrafo único. No caso de vacância de magistrado, os servidores efetivos e comissionados, bem como os estagiários de Direito, lotados no Gabinete do Juízo permanecerão em suas funções até que o novo magistrado redefina a composição.

Art. 8º. Caberá ao magistrado superintender, pessoalmente, o funcionamento do Gabinete e da Serventia, vedada a delegação.

Art. 9º. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá propor a ampliação da estrutura do Gabinete do Juízo mediante aprovação do Órgão Especial, desde que exista prévia disponibilidade orçamentária, nos

termos do artigo 169 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 10. O Presidente do Tribunal, ouvida a Corregedoria-Geral da Justiça, regulamentará, por decreto judiciário, as atribuições e demais aspectos inerentes às atividades do Gabinete do Juízo.

Art. 11. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS LOTADOS NO GABINETE DO JUÍZO

Art. 1.º Aos servidores lotados no Gabinete do Juízo incumbe:

- I - elaborar relatórios e minutas de atos;
- II - lançar no sistema informatizado os despachos, decisões, audiências e sentenças, todos na íntegra, provendo as respectivas publicações, quando for o caso;
- III - auxiliar o magistrado na realização de atos que envolvam a utilização de sistemas informatizados e adotar todas as providências necessárias à sua efetivação por meio eletrônico;
- IV - atender previamente todas as pessoas que pretenderem ser recebidas pelo magistrado, sem impedir-lhes, todavia, o acesso direto, quando for o caso;
- V - organizar, segundo os critérios estabelecidos, processos judiciais remetidos à conclusão ao magistrado, em meio físico ou eletrônico;



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



- VI - pesquisar legislação, jurisprudência, normas e conteúdos doutrinários;
- VII - gerir materiais e serviços do gabinete;
- VIII - manter em ordem arquivos de correspondência e registros das atividades do gabinete;
- IX - receber ofícios em agravo de instrumento, pedidos de informação em mandados de segurança, *habeas corpus* e quaisquer outros procedimentos, certificando o atendimento tempestivo às solicitações;
- X - elaborar, sob a supervisão do magistrado, relatórios estatísticos, planilhas de movimentação forense, gráficos e documentos similares.



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei "Dispõe sobre a criação da estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e dá outras providências".

A presente proposição tem por objetivo possibilitar ao magistrado uma estrutura digna de trabalho de modo a dotá-lo de uma melhor organização e consequente aumento de produtividade.

O anteprojeto encontra justificativa na imperiosa necessidade de redesenhar a estrutura funcional dos gabinetes dos magistrados, de forma a promover o adequado cumprimento de sua missão institucional.

Assim, com a crescente busca pela otimização do trabalho desenvolvido, a proposta se apresenta como uma forma de instrumentalizar os magistrados de primeiro grau de recursos humanos indispensáveis à prestação jurisdicional no desempenho cotidiano das funções institucionais.

A partir da informatização dos sistemas processuais a demanda de atividades inverteu-se. No sistema antigo, dos processos físicos, havia grande necessidade de servidores a serem empregados em funções tipicamente cartoriais e burocráticas; agora, o que se requer é um maior número de servidores capazes de auxiliar o magistrado em suas atividades cotidianas, tendo em vista a drástica velocidade com que os atos processuais se realizam pelos meios eletrônicos.

Este dinamismo do processo virtual tem apontado para uma possível obstrução e concentração de atividades burocráticas na mão do magistrado, as quais podem, e devem, ser delegadas a auxiliares, sob a supervisão e controle do magistrado, de modo a tornar eficiente e produtiva a função judicante.

Relevante destacar que a presente proposição não conta com estudo de impacto financeiro/orçamentário por não representar aumento de despesas. Não há criação de cargos.

Afinal, a presente proposta limita-se a criar a estrutura administrativa do Gabinete do Juízo, possibilitando que todos os cargos já disponibilizados ao 1º Grau de Jurisdição tenham a lotação correspondente ao local de atuação.

Em sessão do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, realizada em 03 de dezembro de 2012, foi aprovado, por maioria, o presente Anteprojeto de Lei.

Em razão da aludida alteração legislativa não implicar aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.671/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências

Em 12/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

Miguel Kfour Neto
1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração acima referida não implicar aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Miguel Kfour Neto
MIGUEL KFOUR NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/12

Projeto de Lei nº. 643/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA DO GABINETE DO JUÍZO. PRIMEIRO GRAU. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a estrutura denominada "Gabinete do Juízo" em cada Juízo de Primeiro Grau de Jurisdição no Poder Judiciário do Estado do Paraná, integrada por servidores do Quadro de Pessoal de 1º Grau de Jurisdição, servidores comissionados e estagiários.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça da criação de sua estrutura funcional, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto não acarreta aumento de despesas.

Vistumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



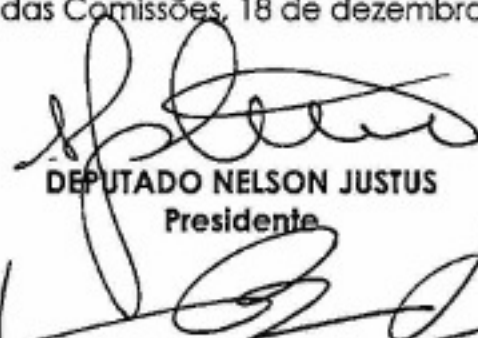
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO



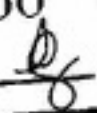
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator






APROVADO
18.12.12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1671/12 que dispõe sobre a estrutura do Gabinete do Juízo, no âmbito do primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário do Estado.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Hermas Brandão Júnior e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual em seu art. 101 determina que é da competência privativa do Tribunal de Justiça, através de seus órgãos propor matérias como a presente.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da justificativa do autor informando que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da alteração proposta não implicar em aumento de despesas.


Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/12/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO EMÍLIO VERRINI
RELATOR